



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



**PARECER JURÍDICO N.º 72/2024**

**PROJETO DE LEI N.º 56/2024 – ALTERA O ANEXO I DA LEI N.º 5.216, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2024 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR OS IMÓVEIS URBANOS, SEM BENFEITORIAS, QUE MENCIONA PARA EDIFICAÇÃO DE MORADIAS PRÓPRIAS FACE O INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

### **I – RELATÓRIO**

De autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, pretende alterar a lei que autorizou doação de imóveis, no Residencial Ézio de Queiroz, considerando erros de digitação e desistência de beneficiário conforme consta em mensagem anexa (pags. 02 e 03) do Projeto de Lei.

A matéria é de interesse de nosso Município, competindo aos Senhores Edis desta Casa de Leis, constatar a importância, ou não, da proposição.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Não há vício na iniciativa, estando amparado pelo art. 69, I da Lei Orgânica Municipal, transcrevo:

#### **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

**Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:**

**I – a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;**

Ainda, como não constante do rol do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal, verifico que a matéria pode ser tratada através de Lei Ordinária, vejamos:

#### **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

**Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.**

**§ Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:**

**I – Código Tributário do Município;**

**II – Código de obras;**

**III – Código de Posturas;**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

---

- IV – Plano Diretor;
- V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI – lei instituidora da Guarda Municipal;
- VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;
- IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;
- X – todas as Codificações.

O projeto deve ser submetido à apreciação das seguintes Comissões Permanentes:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 68.** Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.

...

**Art. 73.** Compete à Comissão de Direitos Humanos, Trabalho, Apoio Comunitário e Defesa do Consumidor, manifestar-se sobre os seguintes assuntos:

...

II – estudar e propor soluções alternativas para diminuição do déficit habitacional no município;

O quórum de aprovação do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de dois terços (2/3), conforme preleciona o art. 263, XI do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes, vejamos:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 263.** Só pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, pode a Câmara Municipal:

...

XI – aprovar projetos que autorizam venda doação, permuta ou comodato de bens imóveis ou descaracterização de bens de uso comum do povo, para efeito de sua alienação.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de lei em análise.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos Vereadores que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 2 de julho de 2024.



Documento assinado digitalmente  
**DAVID TRIBIOLLI CORREIA**  
Data: 02/07/2024 16:37:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

David Tribioli Corrêa  
Advogado  
(assinado eletronicamente)